

Ordem Econômica vai para o voto

BRASÍLIA — O Centrão decidiu abandonar as negociações e tentar aprovar, no voto, o seu texto substitutivo para o Título da Ordem Econômica. Na sessão de ontem, os Constituintes do grupo coordenaram uma evasão do plenário, evitando o quorum qualificado para que a Assembleia iniciasse a apreciação da matéria. Apenas 253 votos foram registrados no painel eletrônico.

Desde a semana passada, quando começaram as reuniões formais em busca de consenso para votar os pontos polêmicos do Título, os líderes do Centrão apostavam na hipótese de reunir maioria e fazer aprovar o seu próprio texto. Eles não acreditavam ninguém para negociar em nome do grupo. Por isso mesmo, o texto sobre empresa nacional, finalizado em reunião de ontem pela manhã, com o aval dos centristas Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), desagradou a uma parcela do Centrão.

— Este é um texto xenófobo, que não tem o meu apoio. E ninguém está autorizado a negociar pelo Centrão — advertiu o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), sem esconder sua irritação.

Pouco depois, numa reunião realizada no gabinete do Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA), a cúpula do Centrão decidiu tentar vencer no voto e fazer aprovar seu substitutivo. Segundo o Senador Albano Franco (PMDB-SE), pesou na decisão o parecer do advogado Carlos Leoni, chamado pelo Deputado Afif Domingos (PL-SP) na última quinta-feira, que considerou o texto do Centrão "dez vezes melhor do que a proposta de negociação". Esse texto foi elaborado domingo à noite, com a participação do próprio Leoni. Nele, a definição de empresa nacional está vinculada ao controle efetivo das ações e da tecnologia em mãos de pessoas físicas domiciliadas no País.

— Se vocês são capazes de ter maioria, então votem o texto que fizeram — aconselhou ele aos líderes do Centrão.

A decisão de votar não garante a vitória do texto do Centrão sobre o da Comissão de Sistematização. Os coordenadores do grupo admitem as dificuldades de arregimentação dos constituintes e, até, a existência de divergências internas.

A sessão vespertina de hoje servirá, entretanto, para medir a capacidade de reaglutinação do Centrão, que desde a votação do direito de propriedade não conseguiu mais reunir maioria.

Defensor do entendimento, Luís Roberto Ponte acha que o risco de não se alcançar a maioria existe, mas confia na possibilidade de que parte do PMDB venha a votar no substitutivo do Centrão, pressupondo negociações posteriores para os pontos destacados para votação em separado. Ponte aposta na aprovação do texto do Centrão, mas teme a falta de quorum para as votações em separado: os Constituintes do grupo teriam de permanecer em Brasília pelo menos para 15 votações destacadas pelo PMDB e partidos de esquerda.

O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que participou da reunião de negociações realizada pela manhã, espera conseguir colocar a matéria em votação hoje. Ao deixar seu gabinete no fim da tarde, ainda sem ter conhecimento da decisão que o Centrão tomara, Ulysses encontrou-se com líderes do grupo e apelou para que eles escolhessem o caminho do entendimento.

— Como é que é? Este acordo sai ou não? Ajuda a gente com isto — disse ele aos Deputados Luís Eduardo e Ricardo Fiúza, que permaneceram calados.

Sem acordo para qualquer item da Ordem Econômica, o Centrão pretende aprovar hoje seu substitutivo. Pode também protelar a votação para amanhã, caso a matéria não consiga 280 votos, utilizando-se do Regimento Interno, que prevê o adiamento por 24 horas das votações que não obtem quorum.



Com a retirada estratégica dos parlamentares do Centrão, o plenário da Constituinte fica praticamente vazio

Centrão rompe negociações para medir sua força

BRASÍLIA — A decisão adotada ontem pelas lideranças do Centrão de medir forças com seus opositores na votação de hoje da Constituinte foi política e servirá para dimensionar a coesão interna do bloco, comprometida desde a votação do direito de propriedade. O Deputado Afif Domingos (PL-SP) ressaltava ontem que é preciso saber dentro do grupo quem está com quem, pois ali existem parlamentares que defendem até mesmo o texto da Comissão de Sistematização. Por entenderem que a decisão favorável ao confronto no plenário é política, os principais líderes do Centrão já anunciaram que no caso de derrota as negociações serão feitas com base no texto que vinha sendo examinado pelas duas partes.

O rompimento das negociações atende também à solução das dificuldades que o grupo vem encontrando para mobilizar os seus Constituintes.

Segundo o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), cada notícia sobre a viabilidade de um acordo tem efeito desmobilizador, pois certos de que a votação será tranquila os centristas não se sentem motivados para comparecer ao plenário.

O primeiro indício de que o Centrão iria interromper as negociações surgiu por volta das 15h. O Deputado Antônio Britto (PMDB-RS), preocupado, comentou com um assessor do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), que é o interlocutor oficial da Liderança do PMDB:

— O Centrão está rompendo. Está de novo com aquela história de que os negociadores não estavam credenciados pelo grupo para fechar acordos.

Britto referia-se ao episódio da negociação do direito de propriedade. Naquela ocasião, os negociadores de agora — Deputados José Geraldo (PMDB-MG) e Luís Roberto Pontes (PMDB-RS) — fecharam acordo em nome do grupo, rompido na manhã da votação. O argumento foi o mesmo. Os dois, embora tenham se apresentado como articuladores formais do Centrão, voltaram ontem a ser descredenciados pelos principais líderes do grupo.

— Vamos para o voto — anunciou o Deputado Delfim Netto (PDS-SP) ao fim de uma reunião do Centrão no gabinete do Líder José Lourenço. — A proposta que está sendo discutida é uma porcaria. E porcaria não se negocia — completou.

Luís Roberto Ponte acha, entretanto, que o Centrão terá de negociar mais adiante.

PMDB votará contra substitutivo

BRASÍLIA — A Liderança do PMDB decidiu ontem à noite permanecer em plenário na sessão de hoje e votar contra o substitutivo do Centrão, para depois tentar aprovar o projeto da Comissão de Sistematização. Os participantes da reunião, realizada no gabinete do Líder Mário Covas (PMDB-SP), acham impossível votar o texto do Centrão sem um acordo prévio sobre os pontos mais polêmicos.

Covas lembrou que o PMDB vinha votando normalmente nos substitutivos do Centrão, mas depois de fechar acordos para a maioria dos pontos,

deixando para votar em separado apenas alguns artigos. Ontem, entretanto, foi surpreendido pela decisão dos líderes do Centrão de tentar aprovar pelo voto o texto integral do grupo.

— Para minha surpresa, eles voltaram atrás até mesmo num ponto que eu considerava praticamente superado: a definição de empresa nacional. Assim, se não houver negociação, não será porque o PMDB não quis — afirmou.

Também o Senador Severo Gomes (PMDB-SP) não acredita na possibilidade de um acordo:

— Aparentemente, o Centrão vai querer aprovar o seu texto sem nenhum adendo. Então, eles que tentem.

Os principais líderes do PMDB também fizeram na reunião uma avaliação das possibilidades de vitória hoje. Todos reconhecem que o Centrão surgiu justamente a partir do interesse de mudar o texto da Ordem Econômica, mas lembram que o grupo nem sempre consegue uma votação homogênea. O fiel da balança deverá ser o Centro Democrático, grupo de 60 peemedebistas moderados.

Mineradoras constestam geólogos

BRASÍLIA — "O mapa é falso". Com este título, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e cinco associações e sindicatos de indústrias de extração de minérios distribuíram um folheto e divulgaram ontem, no Correio Braziliense, texto publicitário no qual contestam a veracidade do mapa exibido pela Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage) no Congresso Nacional. Os mineradores afirmam que o mapa apresenta distorções de dados oficiais quanto à ocupação do subsolo brasileiro pelo capital estrangeiro.

O Ibram e as mineradoras argumentam no documento que "defender convicções de forma democrática é saudável para o aperfeiçoamento das instituições. Mas, sem falácias, sem sofismas, sem má fé. E preciso respeitar a própria democracia para preservá-la. Coerentes com tal postura, as entidades signatárias repudiam mais esta tentativa de induzir

os senhores constituintes a erro".

Para responder à publicidade, o Conage deverá publicar hoje um esclarecimento aos Constituintes, além de realizar uma palestra no saguão de entrada do Congresso, onde está exposto o mapa. O pesquisador Francisco Fernandes, técnico do CNPQ, responsável pela elaboração do mapa, através de um sistema de computação, salienta que as mineradoras fizeram um jogo de ilusão de ótica na publicidade, já que contestam apenas 1,2 por cento do território apontado pela Conage (400 mil quilômetros quadrados).

As mineradoras afirmam que, das áreas de alvarás e concessões de lavra (738 mil quilômetros quadrados), 55 por cento estão com grupos nacionais privados, 19 por cento com estatais e 26 por cento com grupos internacionais, segundo dados do Ministério das Minas e Energia. Pelos dados da Conage, 400 mil quilômetros quadrados estariam nas mãos

do capital estrangeiro.

Na publicidade, as mineradoras também reproduzem o mapa e apontam, com círculos a caneta, 10 pontos onde teriam havido distorções ou incorreções. Cinco destes círculos, nos Estados do Amazonas e Mato Grosso e Territórios de Rondônia e Roraima, mostram lavras de mineração situadas em faixa de fronteira, onde a atuação é exclusiva de empresas de controle nacional, com prévia aprovação do Conselho de Segurança Nacional, como determina a lei 6.634/79.

Francisco Fernandes argumenta que estes cinco pontos representam um percentual muito pequeno da área total demarcada pela Conage. Lembra que as empresas nacionais que atuam nas áreas de fronteira estão associadas com capital estrangeiro. Controlam pouco mais de 50 por cento das ações e não têm o efetivo controle da empresa.



Representantes do Centrão discutem a convocação dos constituintes

Centristas intensificam ação para ter maioria no plenário

Para aprovar o seu substitutivo referente à Ordem Econômica, o Centrão intensificou ontem o trabalho de mobilização de constituintes, coordenado pelos Deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Os empresários, representados pela União Brasileira de Empresários (UB), Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), colocaram jatinhos à disposição para buscar constituintes em todos os pontos do País.

O movimento no QG do Centrão, instalado numa sala do corredor das comissões da Câmara dos Deputados, era intenso. Seguindo instruções dos Deputados

Daso Coimbra (PMDB-RJ) e Basílio Vilani (PMDB-PR), quatro funcionários passaram o dia ao telefone, tentando localizar os constituintes nos seus Estados.

Otimista, ao conferir a lista de presenças confirmadas fornecida por computador, Daso garantiu, à tarde, o comparecimento em peso para a sessão de hoje.

A melhor resposta à convocação veio do PFL, que através do Líder José Lourenço (BA) conseguiu trazer ontem mesmo para Brasília a maior parte de sua bancada, conforme informou o Deputado Oscar Corrêa (PFL-MG). Mesmo assim, menos de 100 constituintes do Centrão estavam no Congresso ontem. Alguns dos coordenadores do grupo admitem que a maioria de 280 votos só será alcançada na quarta-feira.

Maria Luiza é expulsa do PT por tumultos em pré-convenção

FORTALEZA — A Prefeita Maria Luiza Fontenele foi expulsa ontem do PT, por decisão da Executiva Regional do partido apoiada pela Executiva Nacional, que enviou a Fortaleza seu Secretário Geral, José Dirceu, para respaldar a iniciativa dos dirigentes cearenses. No domingo, militantes do clandestino Partido Revolucionário Operário (PRO), orientados por Maria Luiza, inviabilizaram as pré-convenções zonais do PT, rasgando fichas de filiação e roubando documentos pessoais de militantes petistas. Houve agressão física e o Presidente da Segunda Zonal, Durval Soares, quase foi enforcado por um militante do PRO. Além de Maria Luiza, foram expulsos 20 militantes do PT, entre os quais dois de seus assessores, Jorge Paiva e Rosa da Fonseca, do chamado "grupo de apoio político" da Prefeita, mas que integravam o PRO.

Paralelamente ao pedido de expulsão da Prefeita, 11 membros do primeiro escalão da administração municipal entregaram seus cargos, em caráter irrevogável por não concordarem com as determinações vindas do gabinete de Maria Luiza.

José Dirceu informou que há 15 dias aconselhara Maria Luiza e seu grupo a procurar o consenso, tanto em questões de administração quanto nas da sucessão municipal. A Prefeita queria impor o seu candida-

to, o Secretário de Finanças Dalton Rosado, também integrante, como ela, do PRO. Dirceu disse que o PT não podia mais aceitar o comportamento de Maria Luiza e seu grupo, que culminou, domingo, com atos de vandalismo e violência.

O Deputado estadual Ilário Marques (PT), um dos favoráveis à expulsão de Maria Luiza, acusou-a de praticar o clientelismo e o assistencialismo condenados pelo partido. Para conseguir filiados para votar em Dalton Rosado, na convenção que escolheria o candidato a prefeito, Maria Luiza prometia terrenos na periferia aos favelados e, para os que já tinham terra, prometia a construção de casas. Por esse motivo, a Executiva Regional impugnou cerca de 500 filiações, o que gerou a reação violenta dos adeptos da Prefeita.

Maria Luiza já esteve para ser expulsa do PT, mas a Executiva Nacional aplicou somente advertência, quando ficou provado que era conivente com a negociata feita pelo ex-Presidente do partido Gilvan Rocha, que recebeu apoio financeiro dos "coronéis" cearenses em troca de ataques contra o então candidato do PMDB Tasso Jereissati.

A Prefeita não respondeu às acusações e a Assessoria de Comunicações anunciou que somente hoje ela falará sobre sua expulsão do PT.

Programa do PTB terá só 30 minutos de duração

Preocupada com o desgaste dos partidos e com a antipatia que a classe política tem gerado em boa parte da população, a Executiva Nacional do PTB resolveu reduzir de uma hora para 30 minutos o tempo de duração do programa que o partido apresentará amanhã em cadeia nacional de rádio e televisão.

É a primeira vez que um partido político faz essa experiência e a eficácia da ideia será verificada logo após o programa, através de uma pesquisa de opinião pública.

— O excesso de partidos políticos e de programas na televisão vêm desmoralizando a classe política. E a população tem razão de protestar, pois os programas vão ao ar no horário nobre, depois de um dia de trabalho estafante, quando todos estão querendo apenas um momento de lazer. Além disso, 30 minutos é tempo suficiente para o partido mostrar a sua mensagem, sem cansar o público — afirmou Paiva Muniz.

Será o primeiro programa do PTB este ano, quando serão apresentadas as novas aquisições do partido: o Senador Afonso Camargo, os ex-Governadores Gonzaga Motta e Roberto Magalhães e mais dez deputados. Segundo Paiva Muniz, o programa marcará o início do novo PTB.

— Um partido que lutará pelas igualdades sociais e pelos direitos de quem trabalha — concluiu.